
A globalização e seus críticos

Globalization and its critics

Luís Antonio Groppo¹
luis.groppo@am.unisal.br

Resumo

Pretende-se demonstrar a importância dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que a palavra “globalização” parece rotular, não sem antes esboçar uma crítica ao uso ideológico dela. Enfim, apresentar alguns movimentos de crítica à globalização hegemônica, que, se ainda não conseguem efetivar “uma outra globalização”, certamente são capazes de indicar muitas das causas dos sofrimentos por que a humanidade e o planeta vêm passando.

Palavras-chave: globalização, movimento antiglobalização, problemas sociais, capitalismo.

Abstract

The article intends to demonstrate the importance of the social, economical, political and cultural processes that the word globalization seems to designate, but first it sketches a critique of the ideological use of that word. It discusses some movements that are critical of the hegemonic globalization. Although they are still not able to implement “another globalization”, they certainly can indicate many causes of the suffering of humankind and the planet.

Key words: globalization, anti-globalization movement, social problems, capitalism.

A palavra “globalização” já ronda há mais de uma década, pelo menos, os meios de comunicação eletrônicos, as palavras da imprensa, os discursos políticos e até o imaginário dos cidadãos comuns. Definitivamente, deixou de ser um termo restrito ao discurso científico e virou parte do senso comum. Contudo, ao mesmo tempo em que ilumina aspectos da nova realidade, a palavra tem conotações extremamente ideológicas, falseadoras, o que fez e faz com que vários pensadores a rejeitem.

Neste texto, pretendo demonstrar a importância dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que a palavra “globalização” parece rotular, não sem antes esboçar uma crítica ao uso ideológico dela. Enfim, apresentar alguns movimentos de crítica à globalização hegemônica, que, se ainda não conseguem efetivar “uma outra globalização”, certamente são capazes de indicar muitas das causas dos sofrimentos por que a humanidade e o planeta vêm passando.

É claro, muito se vem falando, especulando e escrevendo sobre a globalização. Mas este texto não pretende fazer apenas acumular mais papel. Tem o objetivo de ser

¹ Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Unisal, Unidade Americana/SP. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

uma incisiva descrição destes processos contraditórios, que fazem a globalização afetar nossa vida, mesmo quando não percebemos – principalmente quando não percebemos. Pretende ser um mapa inicial para aqueles que querem se aventurar neste espinhoso terreno, tanto quanto uma recapitulação breve para aqueles que aí já se arriscaram. É claro que tenho uma interpretação sobre a globalização e até mesmo uma opção política quando faço o elogio dos movimentos que a criticam. Nesta interpretação e opção devo muito, ou quase tudo, ao saudoso sociólogo e mestre Octavio Ianni. Acredito que as indicações contidas em suas obras permitem superar alguns dos ocultamentos produzidos por certos discursos sobre a globalização (Ianni, 1992, 1997, 2004).

Capitalismo global

Na sua primeira sistematização, entre teóricos norte-americanos da administração e do *marketing*, a globalização era pensada como um processo de homogeneização. Homogeneização econômica (a idéia de um mercado, um mundo), política (o “fim” dos Estados nacionais) e cultural (promovida pelo *marketing*, formadora de padrões mundiais de consumo) (Mattelart, 1994). Formulou-se, assim, a concepção ainda hoje mais generalizada de globalização, que adentrou inclusive o senso comum. Trata-se mesmo da concepção hegemônica de globalização, ostentada pelas grandes corporações transnacionais e o discurso de seu *marketing*, defendida pelas agências econômicas supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio (OMC), imposta aos governos e povos dos países menos poderosos. A hegemonia deste conceito e, sobretudo, sua penetração no senso comum não devem ocultar, justamente, o papel ideológico da crença nesta globalização homogeneizadora, globalização que promete gerar um mundo de oportunidades iguais, com democracia e prosperidade econômica generalizadas. Na verdade, esconde-se aí a imposição de políticas econômicas que favorecem poderes econômicos e políticos mundiais, elites capitalistas e capitais especulativos sem pátria, bem como potências imperialistas (o grupo dos oito países mais ricos do mundo, o G-8, sobretudo os Estados Unidos).

É preciso fazer a crítica desta concepção dominante de globalização. É claro que existem processos reais de homogeneização, mas a globalização é antes uma galáxia processual contraditória, movimentada pela dialética operada entre homogeneização e heterogeneização do mundo. A globalização tanto aproxima indivíduos e grupos dispersos pelo planeta quanto afasta ainda mais agrupamentos humanos próximos no espaço, mas distantes na hierarquia socioeconômica. A globalização tanto produz sujeitos desterritorializados que falam a mesma língua (o inglês), têm hábitos semelhantes e objetivos comuns, quanto novos deserdados (inclusive, continentes inteiros, como a África negra). Se mercados econômicos mundiais (principalmente financeiros) são criados, reforçam-se antigas desigualdades e criam-se novas. Se a crise

dos Estados nacionais traz a possibilidade de uma “sociedade civil mundial”, composta de unidades autônomas federalizadas, o colapso das identidades nacionais tem gerado, sobretudo, o retorno e o reforço de etnicismos, regionalismos e localismos, inclusive com produtos perversos como o neonazismo, o racismo e a xenofobia.

O “motor” desta processualidade complexa e contraditória é o capitalismo. A globalização pode ser vista como uma nova fase do capitalismo, em sua era “global”. Vários autores demonstram que, desde sua infância, o capitalismo e o capital sempre foram globais. O capital desde cedo gerou em sua órbita um sistema de pontos interligados, atravessando localidades, regiões, nações e continentes (Wallerstein, 2001; Arrighi, 2000). De qualquer modo, entre sua infância e sua fase atual, o capitalismo foi, sobretudo, uma força geradora de Estados e nações. Mas a era do “capitalismo nacional” parece ter sido superada. Estamos diante de uma nova fase do capitalismo, calcado em mercados mundiais de capital, fomentador de uma verdadeira “fábrica global” sustentada por elites proprietárias desterritorializadas e uma “força de trabalho global”. Nesta nova fase, as fronteiras dos países, a soberania do Estado e a força da identidade nacional são seriamente desafiadas. Não desaparecem, e provavelmente não desaparecerão tão cedo. Mas têm de se rearranjar num todo diferente, em que os países tornam-se “províncias” do capitalismo global (Ianni, 2004).

Um momento marcante, verdadeiro anúncio do triunfo desta nova fase do capital, é o colapso do Bloco Soviético, entre 1989 (a queda do muro de Berlim) e 1991 (o fim da União Soviética). Isto significa que no atual capitalismo o capital ganha ainda mais poder, já que não é mais seriamente desafiado por um sistema social alternativo (ainda que não necessariamente mais emancipador que o capitalismo) e por um bloco político contra-hegemônico poderoso.

Os agentes do capitalismo global, em parte, não são atores novos. Muitos foram criados em outros períodos, alguns até recentes, mas com funções não necessariamente análogas às que têm hoje. Primeiro, as grandes corporações transnacionais, que, no seu uso de novas tecnologias e formas de produção e comércio, quebram as barreiras dos mercados nacionais. Segundo, os mercados financeiros. O capital financeiro, na verdade, é mais antigo que o próprio capital industrial. Sempre teve tendências “desterritorializadas”. Mas hoje, mais do que nunca, transformou as bolsas de valores e outras instâncias financeiras mais localizadas em simples pontos neurálgicos de uma grande rede informatizada, microeletrônica, onde os capitais especulativos giram livremente em busca de lucros instantâneos. Os países, neste sentido,

tornam-se simples caixas registradoras do movimento destes capitais, quando muito. Em prol da liberdade destes capitais especulativos, em particular, mas de todos os capitais “globais”, em geral, estão as instituições financeiras mundiais, o FMI e o Banco Mundial. Enquanto os governos dos países do G8 eles mesmos pressionam as suas sociedades para que se sujeitem às necessidades desta livre circulação de capitais, o FMI e o Banco Mundial têm sido as principais armas usadas por todos estes contra os países pobres, ou em empobrecimento, para que estes países tornem-se praças abertas para a especulação dos capitais desterritorializados. Mas em todos os países, mais caracteristicamente nos países pobres, as sociedades, manipuladas por seus próprios Estados “nacionais”, garantem com seus recursos econômicos, sociais e naturais a lucratividade dos capitais especulativos. As “nações”, transformadas em províncias do capitalismo global, cobrem com o “capital social” das suas sociedades os riscos assumidos pelos capitais especulativos que se dignam a pousar, por algum tempo, nas praças que rogavam por sua vinda.

Por sua vez, a globalização também tem assistido ao processo de “regionalização”, ou seja, a formação de blocos econômicos regionais (que, no caso mais forte dos países europeus, têm caminhado também para uma integração política): União Européia, ASEAN (Associação das Nações do Sudoeste Asiático), APEC (Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico), NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), Mercosul (Mercado Comum do Sul), etc. Os blocos econômicos parecem ser tanto uma resposta ao desafio da globalização, quando alguns países tentam salvar algo da soberania nacional ameaçada federalizando-se, quanto um “estágio” intermediário entre a nação e o mundo-mundo, uma adaptação da nação outrora integrada, agora em processo de esfacelamento e sangria, a mercados econômicos e rotinas sociopolíticas mundializadas.

Enfim, fundamental para a globalização tem sido a atuação de um ator que, a rigor, deveria pertencer a outro período, já que se trata de um Estado. Trata-se dos Estados Unidos da América. Note-se que não falei na nação norte-americana, mas em seu Estado. É que a nação norte-americana tem sido justamente um dos principais celeiros dos movimentos e militantes que propõem uma “outra globalização”. É que muitos membros da sociedade norte-americana também são afetados pelos malefícios causados pelo sistema que seu Estado defende. A ação do “imperialismo” norte-americano tem favorecido, sobretudo, as forças econômicas aliadas ao seu Estado, incluindo as grandes corporações, os grandes bancos, fundos especulativos e até o gigantesco complexo industrial-militar, sempre muito contente com mais uma guerra bilionária promovida em nome da “liberdade”.

Estes processos e agentes socioeconômicos parecem colocar todos os indivíduos e grupos sociais, no mundo, em

interconexão, real ou virtual, corriqueira, constante e fundamental, ou acidental, inconstante e residual, desejada ou forçada, impelida ou impedida. Trata-se do embrião de uma “sociedade global”, talvez até de uma “cidadania global”, ainda que, no presente, tal civilização global esteja longe de significar a superação das desigualdades aberrantes e das diferenças dramáticas.

Do ponto de vista sociocultural, a globalização é uma processualidade ainda mais contraditória (Ortiz, 1996). A interconexão prometida, promovida ou forçada pelo capitalismo global torna a globalização uma gigantesca nebulosa de explosões e implosões socioculturais. Universos culturais macronacionais e microsociais têm sido palco de trágicas e surpreendentes colisões e dissoluções, às vezes de desejadas homogeneizações ou de inusitados mestiçamentos (Gruzinski, 2001).

Vive-se a crise das identidades nacionais. Mídia, *marketing* e indústria cultural apregoam maciçamente os valores do consumismo. Neste relativo vácuo de valores socioculturais, abrem-se espaços para novas e velhas identidades, sejam elas culturais, étnicas, regionais ou locais. Às vezes, de modo criativo e emancipatório. Às vezes, de modo fundamentalista, fazendo conviver paradoxalmente relações econômicas de alcance global e visões de mundo racistas, neonazistas e xenóforas.

Por “uma outra globalização”

Mas a mesma galáxia processual que gera a hegemonia do capital global e a indefinição sociocultural abriga seres humanos que, individual ou coletivamente, vão reagir contra ou a favor destes processos de globalização. Contra aquilo que prejudica seus interesses, que impede a consecução de seus desejos, que os carrega à alienação, ou simplesmente que os leva para a pobreza e até a miséria. A favor daquilo que pode significar a abertura de horizontes, o apoio a alternativas, a integração entre as experiências de humanização.

Contudo, não é fácil, como nunca foi na civilização capitalista, enxergar quais são nossos interesses e como conduzir nossa ação até eles, do ponto de vista sociopolítico. O obscurimento é causado não apenas pelas limitações oriundas do cotidiano, da busca imediata da sobrevivência ou da falta de conhecimentos. Fundamental é o efeito falseador da ideologia. A ideologia hegemônica legitima a acumulação de esforços e recursos, bem como o direcionamento das ações coletivas, incluindo as políticas do Estado, em prol dos interesses das classes dominantes. A alienação produzida pela ideologia torna as camadas subalternas incapazes de perceber as causas dos seus sofrimentos. Acabamos por defender idéias, medidas e políticas que, no fim, vão desfavorecer nossos próprios interesses, que vão podar ainda mais a consecução de nossos

desejos. A ideologia neoliberal, justamente a ideologia hegemônica nos dias em que vivemos, vem se impondo não apenas pelos rótulos tentadores que prometem “liberdade”, “qualidade”, “equidade”, “eficiência” e até “justiça” – cujos conteúdos são políticas anti-sociais, destruidoras de direitos conquistados a duras penas pelos movimentos dos trabalhadores. Ela também se impõe apregoando, colado ao diagnóstico de uma globalização mercadológica e homogeneizadora, o mantra de que “não há alternativa”, ou seja, que não há opção possível, nem desejável, às reformas neoliberais impostas pelos mercados financeiros, pela diplomacia (e às vezes, armas) dos países do G8 (principalmente os Estados Unidos) e pelas organizações econômicas supranacionais.

Alguns, porém, mesmo percebendo de modo relativo a extensão dos males que são causados pela globalização, acabam “errando o alvo”, ao despejarem toda a sua raiva e frustração em favor de idéias e estratégias que só trazem ainda mais violência e destruição ao planeta, que às vezes até servem para legitimar as intervenções e as demonstrações de força capitaneadas pelos Estados Unidos em “pontos críticos” do planeta, locais onde a “liberdade” e a “civilização” estariam ameaçadas. Trata-se dos muitos fundamentalismos que têm renascido ou surgido como reação à globalização desumanizadora. Aí se incluem movimentos neonazistas, neofascistas, racistas e terroristas. Seus alvos, em geral, têm sido justamente outras vítimas da globalização, como os migrantes, que são duplamente vitimados, agora pelo racismo, antes pelo desterro forçado pela violência ou pela miséria.

Mas parecem ter surgido, desde muito cedo, movimentos, grupos, organizações, manifestações, idéias e práticas que criticam mais eficazmente a globalização, que parecem se aproximar melhor do “alvo”, ou melhor, das causas dos problemas que afligem os indivíduos e coletividades na vida real, neste início de século XXI. Entre estes, existem alguns que realmente poderiam ser chamados de “antiglobalização”, em geral, mais conservadores, incluindo associações cristãs preocupadas com a situação dos países pobres, como aquelas coalizões que apregoam a necessidade de perdoar a dívida externa. Outros falam mesmo de “desglobalização”, seja do ponto de vista da recuperação de certos valores comunitários fundamentais e da força das localidades, portanto, mais “conservador” (Korten, 2002), seja de um ponto de vista “terceiro-mundista”, ou “pós-colonialista”, alimentando o desejo de que se fortaleçam estratégias vindas do “Sul” contra o capitalismo neoliberal (Bello, 2002).

Contudo, a grande maioria dos movimentos de crítica à globalização não é antiglobal. Parecem, sim, aspirar a “uma outra globalização”. Cabem aí organizações não-governamentais, grupos e partidos políticos, sindicatos, movimentos de camponeses, de sem-terra, de mulheres, indígenas, negros, etc. Cabem aí visões ideológicas que vão do reformismo ao

anarquismo, passando pela retomada da idéia da revolução. Cabem aí táticas que vão do ataque a símbolos do capitalismo corporativo (as fachadas dos McDonald’s são os alvos prediletos) à organização de grandes fóruns de discussão (como os Fóruns Sociais Mundiais), passando por grandes manifestações de protesto em reuniões do FMI, Banco Mundial, OMC e G8. Cabem aí estratégias que vão do anarquismo organizacional à proposição de uma entidade centralizadora, passando pela idéia da coalizão e de que, em vez de uma única alternativa de globalização, é preciso abrir o mundo para uma diversidade de possibilidades.

Estes movimentos em prol de “uma outra globalização” tiveram muitos momentos marcantes. Vale a pena citar alguns. Primeiro, as manifestações massivas de protesto. Em Seattle, em 1999, contra a Rodada do Milênio da OMC. Em abril de 2000, em Washington, contra a reunião do FMI. Em setembro de 2000, em Praga, contra a reunião conjunta do FMI e Banco Mundial. Em abril de 2001, em Quebec e Buenos Aires, contra negociações em que os Estados Unidos tentavam empurrar a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) goela abaixo dos latino-americanos. Em julho de 2001, em Gênova, contra um encontro do G8. Não se pode deixar de citar os Fóruns Sociais Mundiais, realizados desde 2001 sempre no mês de janeiro, o primeiro realizado em Porto Alegre.

Em 11 de setembro de 2001, o atentado ao World Trade Center e ao Pentágono, nos Estados Unidos, causou uma certa paralisação do movimento. Isto se deu, em parte, pela preocupação, principalmente dos militantes nos Estados Unidos, em evitar que os críticos da globalização fossem acusados de apoiarem os terroristas. O atentado foi, realmente, um divisor de águas no movimento, que por um momento pareceu ter encerrado a era das grandes manifestações massivas, passando a se dedicar a um trabalho mais cotidiano de conscientização e plantio de alternativas. Mas os Fóruns Sociais Mundiais continuaram atraindo cada vez mais gente e produzindo cada vez mais idéias e estratégias de ação (realizados em 2002 e 2003 ainda em Porto Alegre, e em 2004 na Índia). Enfim, no início de 2004, diante da nova Guerra do Iraque, injustificada e injustificável invasão militar norte-americana (por mais que não gostemos também de Saddam Hussein), se deram enormes manifestações em todo o mundo em prol da paz.

Os movimentos por “uma outra globalização” falam dos malefícios causados pela globalização hegemônica e, muitas vezes, apontam, direta ou indiretamente, para as causas destes males. De modo geral, pode se dizer que as causas da revolta são também as causas dos problemas gerados pelo capitalismo global. Temos uma série de mobilizações contra a retirada de direitos sociais conquistados outrora pelas classes trabalhadoras (mais respeitados nos países ricos, desejo às vezes palpável nos países pobres), bem como contra a privatização ou mercantilização de bens que, até então, eram conside-

rados públicos (como água, ar, terra, fauna, flora, patrimônio genético, educação, saúde e bem-estar). Estas reformas são impostas, para o “Terceiro Mundo”, principalmente pela austeridade fiscal exigida pelo FMI e Banco Mundial. Para a Europa, as políticas de quebra do Estado de Bem-Estar. Para os Estados Unidos, a flexibilização dos direitos do trabalhador. Quanto ao antigo “Segundo Mundo”, desde seu colapso, com a “ajuda” do FMI e de consultores vindos do antigo bloco inimigo, ele vem se tornando cada vez mais uma outra área periférica do capitalismo.

Tanto a retirada de direitos sociais quanto a privatização e a mercantilização são justificadas em nome da “necessidade de eficiência”, provida pela justa alocação de recursos permitida pelo livre mercado. David Korten não se cansa de mostrar a falácia destas políticas, que não levam à formação de verdadeiros livres mercados (mas sim de oligopólios e monopólios mundiais, que permitem melhor o desvio de recursos sociais e naturais em prol das grandes corporações e capitais especulativos), muito menos melhoram a qualidade de vida das sociedades em que são impostas (Korten, 2002). Neste sentido, reforça-se a idéia de que a ideologia neoliberal é, antes tudo, importante como ocultamento da natureza da globalização, chamando de “liberação” as reformas que trazem mais dominação político-econômica, travestindo a globalização hegemônica de processo inexorável produtor da riqueza e bem-estar.

Críticas à globalização hegemônica

Vale a pena fazer uma breve lista de algumas destas organizações, acompanhadas justamente por alguns dos problemas denunciados. Movimentos como Mobilização pela Justiça Global e Jubileu 2000, mais próximos da alcunha “antiglobalização”, têm angustiadamente apontado o aumento da pobreza e da miséria em países pobres sob programas de “ajuste estrutural”, impostos pelo FMI e Banco Mundial. Sobretudo a África amplia sua exclusão em relação à “civilização mundial”. A ATTAC (Ação por uma Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) propõe um imposto sobre transações financeiras especulativas, denuncia a instabilidade econômico-social gerada pela liberalização dos mercados econômicos, principalmente os financeiros. Movimentos europeus de desempregados têm mostrado como a “desterritorialização” da produção, o uso das tecnologias de automação, as políticas econômicas promovidas pelos governos e as estratégias de “reengenharia”, terceirização e subcontratação feitas pelas grandes corporações têm aumentado o desemprego estrutural (ou seja, são podados postos de trabalho que dificilmente serão repostos) e a precarização do trabalho e do trabalhador – Viviane Forrester (1997) chega a dizer que está emergindo uma civilização que está abolindo o “emprego”.

São muitas as organizações, notadamente as de cunho ecológico, que têm enfatizado as questões ambientais, ou seja, que a degradação ambiental tem se mantido e até aumentado na era do capitalismo global, a despeito de esforços oficiais como a Eco-92 ou o frustrado Protocolo de Kyoto. Afóra a continuação da degradação do ar, terra e água, da eliminação de espécies, do desequilíbrio ecológico e ambiental, surgem novas questões como a biopirataria e as possíveis ameaças vindas da engenharia genética e dos transgênicos.

Mais voltados às questões geopolíticas, alguns destacam que a degradação dos direitos sociais e do Estado de Bem-Estar (mesmo em suas versões imperfeitas no mundo periférico) tem significado um novo rompimento de instituições, costumes e relações sociais que ajudavam a manter a ordem e a solidariedade (mesmo que relativas). A própria crise do Estado nacional vai gerar inúmeras situações de guerra civil e até mesmo de anarquia em muitas regiões do planeta, principalmente nos países pobres e no antigo Segundo Mundo. Mesmo os países desenvolvidos já enfrentam, ao menos, tensões, como o Canadá e a Espanha.

Pensadores ligados aos movimentos de crítica, bem como ações de grupos anarquistas como o Black Block contra restaurantes McDonald’s e fachadas de lojas de empresas transnacionais, têm revelado a questão do consumismo e da mercantilização da vida. Um consumismo e estilo de vida, disseminado como ideal pela mídia e *marketing*, que é insustentável (já nos dias de hoje, quanto mais se for levado a outras regiões do planeta), homogeneizador de costumes e culturas e agravante da dependência dos indivíduos em relação a corporações transnacionais (que são os fornecedores dos bens que trazem a suposta felicidade material prometida e “marcam” a identidade construída) (Klein, 2002).

Enfim, a constante presença das corporações transnacionais e das instituições financeiras globais tem revelado o crescente poder, não apenas econômico, mas também político, do capital privado global, desterritorializado. A campanha *Global Trade Watch*, de 1997 a 1999, demonstrou justamente isto, numa bem-sucedida campanha contra as negociações secretas que imporiam o Acordo Multilateral de Investimentos pela OMC.

Não era apenas o poder do capital privado global que era revelado pela campanha. Também a força das multidões insatisfeitas fez-se conhecer. A campanha se articulou justamente por um dos meios mais associados à globalização, a internet, que, de repente, virou uma arma nas mãos dos insatisfeitos, não mais apenas um instrumento de imposição da ordem hegemônica. Percebeu-se então a existência de inúmeros grupos de insatisfeitos e principalmente a inter-relação de seus interesses e demandas, em torno dos malefícios causados pela imposição avassaladora deste novo capitalismo. Era apenas o início de uma história de mobilizações da nascente “sociedade civil mundial” que acabei de esboçar.

Conclusão

Ao meu ver, as causas dos movimentos de crítica à globalização devem ser encontradas não na frustração daqueles incapazes e ineficientes que foram “derrotados” no “livre e justo jogo” do mercado, como às vezes vozes mais arrogantes defensores do neoliberalismo parecem querer apontar. Alguns dirão que se trata apenas de um jogo de palavras, já que parece que apenas substituo os termos “derrotados” e “frustrados” por “marginalizados” e “excluídos”, que simplesmente tacho de maligno aquilo que é sagrado para os neoliberais, o “mercado”. Por ora, não tenho espaço nem ânimo para refutar estas possíveis acusações. Basta lembrar que críticas incisivas aos rumos tomados pela globalização têm sido feitas por insuspeitados bem-sucedidos do mercado e das tecnocracias supranacionais, como o megaespeculador George Soros (1999) e o ex-economista-chefe do Banco Mundial Joseph E. Stiglitz (2002).

De qualquer forma, espero que tenha valido a pena a tentativa de demonstrar o quanto pode ser perigosa a radicalização de um capitalismo sem freios. Espero ter podido descrever quantos efeitos negativos são produzidos pelo atual sistema global, efeitos de cunho econômico, social, cultural e ecológico. Efeitos negativos humanos e ambientais que, no fim das contas, parecem exceder em muito os pretensos benefícios apontados pelos que defendem a globalização neoliberal. Efeitos que parecem pôr em risco a própria humanidade.

Talvez não seja exagero dizer que os movimentos por “uma outra globalização” tentam tornar audível um grito de socorro das duas naturezas em que a humanidade se assenta, principalmente da natureza humana.

Referências

- ARRIGHI, G. 2000. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Contraponto / São Paulo, Editora Unesp, 408 p.
- BELLO, W. 2002. A alternativa: desglobalização. In: I. LOUREIRO et al. (orgs.), *O espírito de Porto Alegre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 189-199.
- FORRESTER, V. 1997. *O horror econômico*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 154 p.
- GRUZINSKI, S. 2001. *O pensamento mestiço*. São Paulo, Cia. das Letras, 398 p.
- KLEIN, N. 2002. *Sem logo. A tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro, Record, 554 p.
- IANNI, O. 1992. *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 192 p.
- IANNI, O. 1997. *A era do globalismo*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 304 p.
- IANNI, O. 2004. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 382 p.
- KORTEN, D. C. 2002. *O mundo pós-corporativo: vida após o capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 316 p.
- MATTELART, A. 1994. O predomínio da geoeconomia: a busca da cultura global. In: A. MATTELART, *Comunicação-mundo. História das idéias e das estratégias*. Petrópolis, Vozes, p. 245-263.
- ORTIZ, R. 1996. *Mundialização e cultura*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 310 p.
- SOROS, George. 1999. Introdução. In: G. SOROS, *A crise do capitalismo*. 3ª ed., São Paulo, Campus, p. 21-34.
- STIGLITZ, J.E. 2002. *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo, Futura, 328 p.
- WALLERSTEIN, I. 2001. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 144 p.